

Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e onze minutos do dia dois de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reunidos no Plenário da Câmara Municipal de Rio Pomba todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que proferiu oração em agradecimento pelo início do novo período legislativo após o recesso parlamentar. O sr. Presidente colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores realizadas nos dias 17/novembro, 01/dezembro e 15/dezembro, as quais foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, o sr. Presidente anunciou que a prestação de contas da Associação Calor Humano referente ao exercício de dois mil e vinte e cinco encontrasse a disposição dos vereadores na sala de Comissões. O sr. Presidente comunicou o adiamento da próxima sessão ordinária para o dia vinte e três de fevereiro, em virtude do feriado de Carnaval. Em seguida, foi lida solicitação do senhor André Vicente de Oliveira, requerendo informações e acompanhamento acerca de obra em execução no Bairro Panorama. Seguiram tramitando a) Projeto de Lei Complementar nº 44, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira: Institui desconto no pagamento de IPTU no município de Rio Pomba e dá outras providências (o Vereador Hedilberto Teixeira se manifestou solicitando a celeridade na apresentação da estimativa de impacto financeiro); b) Projeto de Lei Complementar nº 45, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Institui o programa de incentivo e desconto no IPTU, denominado "IPTU Verde" no município de Rio Pomba (aguarda impacto financeiro); c) Projeto de Lei Complementar nº 46, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal, com relação à disposição de lixo domiciliar em prédios (aguarda coleta seletiva); d) Projeto de Lei nº 2.159, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo em processos administrativos e a transacionar em processos judiciais em que o município de Rio Pomba for interessado, autor, réu ou tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente e dá outras providências; e) Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus (aguarda impacto financeiro). Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei ao nº 2.230, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag com a finalidade de viabilizar a implantação, operação, gerenciamento e manutenção de uma unidade de atendimento integrado - UAI no município e dá outras providências. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e de Finanças, que opinaram favoravelmente ao projeto. Os Vereadores Demétrius Carvalho de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Gladstone Roncalli da Silva e Romeu Moreira Batista destacaram a importância da iniciativa para a emissão de documentos de identidade e ampliação dos serviços públicos no município. O sr. Presidente enfatizou o dever de imparcialidade nas votações, visto só emitir seu voto

em casos de empate, entretanto enfatizou a relevância do projeto para a sociedade riopombense. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.230 foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi lido o Projeto de Lei ao nº 2.231, do Executivo: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude - Comjuve e a instituição do fundo municipal da juventude do município de Rio Pomba-MG, e dá outras providências. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e de Finanças, que opinaram favoravelmente ao projeto. O Vereador Demétrius ressaltou a importância da composição do Conselho e a implementação de políticas públicas voltadas à prevenção ao uso de drogas, enfatizando o papel do esporte. Já o Vereador Hedilberto reforçou o papel do conselho somado aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.231 foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente registrou que a demanda surgiu a partir de reunião realizada com jovens no plenário da Câmara. A seguir, foi lido o Projeto de Lei ao nº 2.232, do Executivo: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.897/2023 para substituir a referência ao Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT por laudos e documentos técnicos relativos à saúde ocupacional dos servidores, e dá outras providências. Usaram a palavra a dra. Stefany Bolivar, assessora jurídica do Executivo, e o dr. Clóvis, representante do Sindicato dos Servidores Municipais, que na oportunidade apresentou o novo presidente do Sindicato, senhor Hélio. Foi esclarecido que a alteração visa desburocratizar a atualização dos adicionais de insalubridade, sem prejuízo aos servidores. Houve comentários do sr. Presidente e vereadores Jorge, Demétrius, Hedilberto e Gladstone. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, de Educação e de Finanças, que opinaram favoravelmente ao projeto. Colocado em votação, o Projeto 2.232 foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi lido o Projeto de Lei ao nº 2.233, do Executivo: Dispõe sobre a concessão de subvenção social à Associação Calor Humano e dá outras providências. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou a manifestação da comissão de Finanças, que proferiu parecer favorável ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.233 foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei ao nº 2.234, do Executivo: Institui o programa bolsa-técnico municipal e o programa de incentivo à qualificação profissional de técnicos e auxiliares técnicos no âmbito do Município de Rio Pomba e dá outras providências. Fez uso da palavra o Secretário Municipal de Esportes, senhor Hebert Bernardino, que explicou que a proposta visa valorizar treinadores e contribuir para a pontuação do município no ICMS Esportivo. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, de Educação e de Finanças, que opinaram favoravelmente ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.234 foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi lido o Projeto de Lei ao nº 2.235, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio visando cessão de servidores à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Pomba e dá outras providências. Foi lida a Emenda Modificativa nº 01, da Comissão de Legislação, estabelecendo prazo de trinta dias de

aviso prévio em caso de revogação da cessão. O sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, de Educação e de Finanças, que opinaram favoravelmente ao projeto. Votada, a Emenda Modificativa nº 01 foi aprovada por unanimidade. Colocado em votação o Projeto nº 2.235 foi aprovado por unanimidade. Houve comentários do sr. Presidente e dos vereadores Demétrius, Jorge e Romeu. Na sequência, foram apreciados os Requerimentos nº 01 a nº 06: a) Requerimento nº 1, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Requer informações sobre o funcionalismo municipal; b) Requerimento nº 2, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre os terrenos municipais; c) Requerimento nº 3, dos Vereadores Hedilberto Teixeira e Juscélio Bernardino Braz: Requer informações sobre cargos comissionados; d) Requerimento nº 4, dos Vereadores Hedilberto Teixeira e Juscélio Bernardino Braz: Requer informações sobre a construção do reservatório da Copasa; e) Requerimento nº 5, dos Vereadores Hedilberto Teixeira e Juscélio Bernardino Braz: f) Requer informações sobre o funcionamento da TV digital; Requerimento nº 6, do Vereador Hedilberto Teixeira: Requer informações sobre as placas urbanas. Todos os requerimentos foram aprovados por unanimidade. Em seguida foram lidas as indicações: a) Celso Vinícius dos Santos: Indicação nº 11: instalação de grade (cerca) no parquinho (playground) na Praça Prefeito Messias Pereira Bahia (rodoviária); b) Demétrius Carvalho de Oliveira: Indicação nº 1: reparos dos calçamentos das ruas ou pavimentação asfáltica; Indicação nº 2: passagens elevadas para pedestres em locais quem menciona; Indicação nº 15: Adicional de insalubridade para varredores de rua; c) Hedilberto Teixeira: Indicação nº 5: serviço de limpeza e capina em todo bairro Santa Isabel; Indicação nº 13: concessão de reajuste remuneratório aos diretores escolares da rede municipal de ensino; Indicação nº 14: realização de recapeamento asfáltico no distrito industrial; d) Jorge Luís Martins Soares: Indicação nº 4: parceria com clínicas veterinárias para atendimentos de cães e gatos da população cadastrada no CADÚNICO; Indicação nº 8: vídeo institucional e explicativo sobre a origem e significado no nome “Noite do Largo do Pomba”; Indicação nº 12: implantação da técnica de solo-cimento nas estradas rurais do município; e) Juscélio Bernardino Braz: Indicação nº 10: instalação de placa de identificação com a nomenclatura da Rua Divino de Oliveira, bem como placa de proibição de tráfego de caminhões grandes e pesados; f) Maria Imaculada Nunes: Indicação nº 6: Programa adote uma praça; Indicação nº 7: Intercessão junto ao DER/MG visando melhorias na ponte que liga o motel Gal ao Posto Gal na MGC-265. No pequeno expediente, os vereadores puderam se manifestar sobre suas proposições. No grande expediente, os vereadores inscritos fizeram uso da palavra para tratar de assuntos de interesse público. Os vereadores Hedilberto, Romeu, Gladstone e Ivan se manifestaram acerca da prestação de serviços das empresas terceirizadas da Copasa, com críticas relacionadas aos buracos deixados nas vias públicas e preocupações quanto à estrutura do reservatório do Bairro Mutirão. O Vereador Gladstone informou que eventual alteração no logotipo dos uniformes escolares ocorrerá apenas no ano de dois mil e vinte e sete. O Vereador Demétrius relatou visita técnica realizada à Secretaria de Segurança do Município de Ubá. O Vereador Gladstone também destacou o aumento do valor do cartão alimentação para R\$400,00 e a chegada de novo neuropediatra ao município. Nada mais havendo, foi

encerrada a sessão às vinte e uma horas, sendo redigida a presente ata que, após discutida e aprovada em Plenário, segue assinada eletronicamente pelo sr. Presidente, por mim, Vereadora Secretária, e pelos demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dezessete minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reunidos no Plenário da Câmara Municipal de Rio Pomba todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei Complementar nº 44, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira: Institui desconto no pagamento de IPTU no município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei Complementar nº 45, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Institui o programa de incentivo e desconto no IPTU, denominado "IPTU Verde" no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei Complementar nº 46, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal, com relação à disposição de lixo domiciliar em prédios; d) Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.238, do Executivo: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder subvenção social à Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão – ARR e dá outras providências. O sr. Presidente verificou que o projeto não apresentava pedido de urgência e consultou se as comissões de Legislação e de Finanças tinham possibilidade de manifestar o parecer verbal. Ambas as comissões opinaram favoravelmente ao projeto. Presente no recinto, pronunciou-se a assessora jurídica do Executivo, Dr^a Stefany Bolivar, argumentando que a Associação Comunitária Riopombense de Radiodifusão – ARR é uma associação sem fins lucrativos e que não pode participar das licitações ofertadas pela prefeitura, de forma que a medida proposta visa aumentar a difusão de informações públicas. Houve comentários dos vereadores Demétrius e Hedilberto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.238 foi aprovado por unanimidade. Prontamente, passou-se à leitura do Projeto de Lei nº 2.239, do Executivo: Institui o Programa Municipal de Reforma Habitacional e Melhoria das Condições de Moradia – Reforma Solidária, estabelece critérios de seleção, priorização, execução e fiscalização, e dá outras providências. Os vereadores Demétrius, Jorge, Romeu e Hedilberto levantaram questionamentos à Assessora Jurídica do Executivo, Dr^a Stefany Bolivar, que na oportunidade esclareceu que o projeto visa desburocratizar os procedimentos do programa da Reforma Solidária. O sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, de Assistência, de Obras e de Finanças, que opinaram favoravelmente ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.239 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.240, do Executivo: Institui o Departamento de Segurança Pública Municipal vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, cria cargos e altera dispositivos das Leis Municipais nº 1.468/2014 e nº 1.469/2014, e dá outras providências. Houve comentários do sr. Presidente e dos vereadores Demétrius, Jorge, Hedilberto e Gladstone, oportunidade em que a Assessora jurídica do Executivo, Dr^a Stefany Bolivar, e o representante do

Sindicato drº Clóvis Quintão, esclareceram as dúvidas dos vereadores. Em seguida, o vereador Hedilberto solicitou ao Dr. Clóvis apoio junto ao executivo para solicitar o adicional de insalubridade dos técnicos da enfermagem e para verificar a aplicação da lei dos PCD's. Já o vereador Demétrius, solicitou apoio ao representante do sindicato para a luta pelo adicional de insalubridade pelos varredores de rua, técnicos em enfermagem e melhoria salarial para diretores e vice-diretores da educação. Os vereadores Demétrius e Hedilberto, como membros de comissões, solicitaram que os próximos projetos sejam desmembrados por assunto e que assuntos diversos não sejam colocados em um único projeto. O plenário concedeu por unanimidade o regime de urgência especial solicitado pelo Executivo e então o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, de Educação, de Serviços e de Finanças, que opinaram favoravelmente ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.240 foi aprovado por unanimidade. Continuando a pauta, foi lido o Projeto de Resolução nº 382, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos do Poder Legislativo. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e de Finanças, que opinaram favoravelmente ao projeto. O vereador Demétrius enfatizou que o projeto não se refere a um aumento salarial e sim de uma correção de acordo com o índice do INPC. Colocado em votação, o Projeto de Resolução nº 382 foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi lido o Requerimento nº 7, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Requer informações sobre Partilha Solidária. Colocado em votação, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas as indicações: a) Celso Vinícius dos Santos: Indicação nº 17: pavimentação asfáltica nas três ruas paralelas à Rua Geraldo Rosa Soares; b) Demétrius Carvalho de Oliveira: Indicação nº 21: reformulação e reajuste da remuneração do Projeto Juventude Ativa (Pró-Jovem); Indicação nº 22: melhorias na comunidade da Serrinha; Indicação nº 23: calçada de passeio (passadiço) de ponte na MG-133. c) Hedilberto Teixeira: Indicação nº 18: concessão de insalubridade os auxiliares de saúde do Município; Indicação nº 20: instalação de academia ao ar livre em espaço adequado nas proximidades da escola do Monte Alegre; d) Juscélio Bernardino Braz: Indicação nº 16: instalação de lixeiras comunitárias em locais que menciona; e) Maria Imaculada Nunes: Indicação nº 24: pagamento de diária às enfermeiras plantonistas do hospital convocadas para deslocamento fora do município independente do tempo de permanência. No pequeno expediente, os vereadores puderam se manifestar sobre suas proposições. No grande expediente, os vereadores inscritos fizeram uso da palavra para tratar de assuntos de interesse público. Os vereadores Romeu e Demétrius, juntamente com o Sr. Presidente, manifestaram profundo pesar pelo falecimento de Geisa e Giovana, ocorrido na última semana. Em outro momento, o vereador Hedilberto e a Presidência elogiaram a organização das festividades de Carnaval, destacando a ausência de ocorrências. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta e quatro minutos, sendo redigida a presente ata que, após discutida e aprovada em Plenário, segue assinada eletronicamente pelo sr. Presidente, por mim, Vereadora Secretária, e pelos demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Ata da Vigésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e quatorze minutos do dia dois de março de dois mil e vinte e seis, reunidos no Plenário da Câmara Municipal de Rio Pomba todos os Vereadores: Celso Vinícius dos Santos, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria Imaculada Nunes e Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei Complementar nº 44, dos Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira: Institui desconto no pagamento de IPTU no município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei Complementar nº 45, do Vereador Juscélio Bernardino Braz: Institui o programa de incentivo e desconto no IPTU, denominado "IPTU Verde" no município de Rio Pomba; c) Projeto de Lei Complementar nº 46, da Vereadora Maria Imaculada Nunes: Altera dispositivos da Lei nº 934/94, que Institui o Código de Posturas Municipal, com relação à disposição de lixo domiciliar em prédios; d) Projeto de Lei nº 2.191, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza o município de Rio Pomba a conceder gratuitamente o dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento intermitente para pessoas diagnosticadas com diabetes mellitus. A Vereadora Maria Imaculada Nunes solicitou que o Projeto de Lei Complementar nº 46 fosse retirado de tramitação para que sejam feitas algumas alterações, que foi acatado pelo sr. Presidente. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.236, do Presidente e Vice-Presidente: autoriza a Câmara Municipal de Rio Pomba a contratar e disponibilizar estagiário de graduação em Direito ao Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, mediante acordo de cooperação, e dá outras providências. Foi lida também a Emenda Modificativa nº 1 proposta pela Comissão de Legislação. O sr. Presidente solicitou o parecer das Comissões de Legislação e de Finanças, que opinaram favoravelmente ao projeto. Colocada em votação a Emenda Modificativa, obteve-se a sua aprovação por 06 (seis) votos de: Demétrius Carvalho de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria Imaculada Nunes, Romeu Moreira Batista, Gladstone Roncalli da Silva e Celso Vinícius dos Santos; abstendo-se de votar: Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.236, foi aprovado por 05 (cinco) votos de: Demétrius Carvalho de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Romeu Moreira Batista, Gladstone Roncalli da Silva e Celso Vinícius dos Santos; votando contra a Vereadora Maria Imaculada Nunes; abstendo-se de votar: Juscélio Bernardino Braz e Hedilberto Teixeira. O vereador Hedilberto teceu comentários acerca da discrepância salarial entre os estagiários da Câmara Municipal que recebem R\$737,37, os da prefeitura que recebem R\$840,00 e o valor proposto do estagiário do projeto que segue as diretrizes do fórum. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.237, da Mesa Diretora: Concede a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal (IPCA 4,26%). Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou o parecer das Comissões de Legislação e de Finanças, que opinaram favoravelmente ao projeto. Colocado em votação o Projeto de Lei nº 2.237 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei 2.241, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual para os servidores públicos municipais (INPC 3,89%). Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças, que opinaram favoravelmente ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei 2.241 foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.242, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio do Assessor Jurídico e dos Agentes Políticos Municipais do Poder Executivo. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou o parecer das Comissões de Legislação e de Finanças, que opinaram favoravelmente ao projeto. Colocado em votação o Projeto de Lei nº 2.242 foi aprovado por

unanimidade. Na sequência, lido o Requerimento nº 08, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Requer informações do Centro de Zoonoses e outras. O autor falou sobre o seu pedido de informações. Colocado em votação, o Requerimento nº 8 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas as indicações: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: Indicação nº 28: construção de mureta/gradil (guarda corpo) na Praça Vereador Antônio Dias (Vila Militar); Indicação nº 29: construção de usina solar em terreno público; Indicação nº 30: avaliação e reforma do telhado do terminal rodoviário; b) Gladstone Roncalli da Silva: Indicação nº 25: ampliação do espaço físico do Centro de Especialidades; c) Juscélio Bernardino Braz: Indicação nº 26: reparos e manutenção no meio-fio em toda a extensão da Rua Geralda Canônico de Freitas, sentido trevo; Indicação nº 27: redutores de velocidade na estrada rural do Bom Jardim; Indicação nº 31: providências na Av. Jornalista José de Assis Vieira, Jardim América. No pequeno expediente, os vereadores puderam se manifestar sobre suas proposições. No grande expediente, os vereadores inscritos fizeram uso da palavra para tratar de assuntos de interesse público. O vereador Hedilberto solicitou celeridade no atendimento às demandas de saúde e manutenção de estradas rurais pelos secretários do Executivo, e comentou sobre as obras da Copasa que têm causado transtornos no município. O vereador Romeu mencionou que doou cascalho para ser disponibilizado em estradas rurais e afirmou que por causa de divergências e que por falta de celeridade a Secretaria de Obas ainda não a disponibilizou nas estradas. Já o vereador Demetrius citou o momento difícil que as cidades da Zona da Mata estão passando por causa das chuvas, em especial a cidade de Ubá e Juiz de Fora, e se pronunciou sobre a necessidade de manutenção das estradas rurais e, por fim, solicitou ao governo estadual que sejam abertas turmas do EJA II no município. Em seguida, o vereador Gladstone também dissertou sobre as obras nas estradas rurais e as obras da Copasa. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e trinta e nove minutos, sendo redigida a presente ata que, após discutida e aprovada em Plenário, segue assinada eletronicamente pelo sr. Presidente, por mim, Vereadora Secretária, e pelos demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.